

Data: 2012/07/27

Título: OE apresenta recomendações para investimento **CONSTRUIR - PRINCIPAL**

OE apresenta recomendações para investimento

Membros da Ordem dos Engenheiros apresentaram o documento orientador "Seleção e Avaliação de Investimento Público", que Oliveira Martins considerou "música celestial para o Tribunal de Contas" **PÁG. 10**

Serviço Público

Ordem lança guia orientador para o investimento público

O documento "Seleção e Avaliação de Investimento Público" foi louvado pelo presidente do Tribunal de Contas pela sua clareza e pelo que representa em prol da racionalidade e rigor nos processos que implicam investimento por parte do sector público. A previsão do risco neste documento foi um dos elementos salientados por Guilherme d'Oliveira Martins

Pedro Cristino
pcristino@construir.pt

"Música celestial para o Tribunal de Contas". Foi assim que Guilherme d'Oliveira Martins classificou o documento orientador "Seleção e Avaliação de Investimento Público", elaborado pelos engenheiros Artur Ravara e José Manuel Catarino, em nome da Ordem dos Engenheiros (OE), e apresentado no passado dia 19 de Julho, no auditório da sede da OE, em Lisboa.

Conferir racionalidade às decisões

Perante uma plateia na qual constavam figuras de relevo do sector da engenharia, como Carlos Pina, presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ou Fernando Santo, ex-bastónario da OE e actual secretário de Estado, Carlos Matias Ramos começou por justificar este documento com a necessidade de "desenvolver um mecanismo para reduzir os riscos de má decisão", de "avaliar a empregabilidade dos investimentos" e de conferir racionalidade às decisões. O objectivo desta acção levada a cabo pelos engenheiros é, segundo o bastónario da OE, que "o Governo - seja ele qual for - adopte o documento". "O País não pode aplicar um euro que seja sem que tenham de antemão a certeza que esse investimento terá retorno", afirmou Matias Ramos, defendendo a seguir que, "a anteceder a decisão política sobre qualquer tipo de investimento público, terá que existir forçosamente uma análise técnico-económica e financeira". Segundo o próprio, "esta análise irá conceder credibilidade e consenso às opções tomadas pelo poder político e evitar que, depois de assumidas, entrem num ritmo de avanços e recuos permanentes, gravemente prejudiciais às empresas que, em devido tempo, ajustaram as suas capacidades

para darem resposta às exigências dos projectos decididos, e ao País, porque não só não avança, como vê a sua credibilidade posta em causa perante os seus pares".

Os autores

Por sua vez, Artur Ravara, que partilha a autoria deste documento com José Manuel Catarino, explicou a obrigatoriedade da análise de custo-benefício para os projectos candidatos aos fundos comunitários. "O que correu mal foi o timing dos estudos", declarou, justificando que os resultados dos ditos

estudos só foram conhecidos "quando a controvérsia já estava instalada". Já José Manuel Catarino frisou a importância de se colocarem questões como "a justificação da obra é clara?", ou "os benefícios da acção excedem os custos?", mencionando que é "frequente o excesso de optimismo" na fase que antecede as decisões de avançar com os investimentos públicos. Por outro lado, Artur Ravara mencionou também que a "metodologia deve ser feita de forma simples e acessível, interpretável pelo cidadão" e que, nos pro-

jectos públicos, existe a possibilidade de combinar várias opções para a solução final. O co-autor deste documento orientador ressaltou também a importância da repartição de responsabilidades, "do técnico ao decisor". "O técnico não pode tentar influenciar o decisor", sublinhou. Por outro lado, José Manuel Catarino diz que a relação entre a metodologia do estudo e a conjuntura tem de ser repensada, uma vez que, segundo o próprio, os estudos são independentes da conjuntura.

"Música celestial" para o TC

Guilherme d'Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas (TC), louvou as propostas apresentadas pela OE. "Este documento orientador é música celestial para o Tribunal de Contas", realçou, revelando que o mesmo aporta uma "grande utilidade" para o trabalho desenvolvido pelo TC. "Trabalhos destes são absolutamente fundamentais", reforçou. "Há que acabar com esta espécie de fatalismo que existe em Portugal", segundo o qual "as coisas podem correr mal", afirmou, explicando que "as coisas só correm mal se não as prevenirmos, não trabalharmos e não nos prepararmos devidamente". Para o presidente do TC, é necessário perceber que "o imprevisto, tão tipicamente português, só funciona na excepção", uma vez que os cenários preparados são os que poderão garantir que os processos funcionem realmente. Para Guilherme d'Oliveira Martins, o "risco está muito bem considerado no documento". "O rigor é inimigo da tentação do optimismo, da ideia de facilitar", referiu, explicando que as derrapagens nas parcerias público-privadas (PPP) "já não se devem a trabalhos a mais", mas sim a "maus cadernos de encargos, maus processos, maus concursos, à falta de preparação, à má selecção e ao incumprimento dos calendários". ■

